



STJ vai gastar R\$ 53 milhões em escolta armada para proteger ministros

Segundo a Corte, “há registros de diversos atendimentos de ocorrências nos mais variados graus de periculosidade” contra os magistrados



Felipe Menezes/Metrópoles

Para “preservar a integridade” dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Corte vai abrir um edital de licitação, nesta segunda-feira (15/3), destinado à contratação de serviços na área de segurança pessoal privada armada. O valor do pregão é de R\$ 53 milhões.

Esse montante é superior ao último contrato do gênero, que chegou a R\$ 28 milhões com aditivos.

Segundo o documento, as escoltas armadas serão direcionadas às cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, para a segurança pessoal

dos ministros e para a condução de veículos oficiais de representação e de transporte institucional. A assessoria da Corte informou que “há registros de diversos atendimentos de ocorrências nos mais variados graus de periculosidade” contra os magistrados.

“Trata-se de serviço essencial para se manter a integridade física dos senhores ministros, com foco na prevenção de possíveis ameaças, a partir da disponibilização de profissionais armados, atuando nos postos de residência e serviços de escolta”, diz trecho do edital.

Em Brasília, onde se encontra a sede do STJ, serão contratados 172 profissionais de segurança para atuar em defesa dos ministros. Em São Paulo, sete e, no Rio de Janeiro, seis. De acordo com o tribunal, a contratação é necessária para “prevenir a ocorrência de situações que possam colocar em risco a integridade física” dos membros da Corte.

A vigência do contrato será de 20 meses (um ano e oito meses), contados da data de assinatura. O prazo, contudo, pode ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, com o limite de 60 meses (cinco anos). Isso ocorreu com a última contratação de segurança armada para a Corte, realizada em 2015, que teve o prazo de vigência encerrado.

Contrato anterior

A contratação anterior, referente aos serviços de segurança armada, teve a vigência iniciada em 1º de setembro de 2015, com validade máxima de cinco anos, levando em conta eventuais prorrogações por meio de termos aditivos. O documento inicial tinha um custo de R\$ 20 milhões, mas, com a extensão de prazos, o montante chegou a R\$ 28 milhões.

Na licitação anterior, o tribunal contratou 168 profissionais de segurança armada. Os serviços eram destinados à condução de veículos e à escolta nas residências dos ministros. Uma cláusula do documento ainda pedia que os seguranças evitassem “atrito ou confronto, de qualquer natureza, com os servidores ou visitantes” das casas dos magistrados.

Ao longo dos cinco anos, o contrato teve 16 termos aditivos. Entre eles, de prorrogação de vigência, inclusão das filiais em São Paulo e Rio de Janeiro no faturamento dos serviços e ajustes de tributos. Veja aqui o andamento do documento.

Ataque hacker

Além das ameaças feitas contra a vida dos ministros, o STJ teve o pior ataque hacker da história, no fim do ano passado.

No dia 3 de novembro, a Corte acionou a Polícia Federal para tentar elucidar o ataque que vinha sofrendo desde o dia anterior. Ao longo da semana, hackers conseguiram criptografar toda a base de dados do tribunal, tornando as informações inacessíveis aos próprios servidores, juízes, advogados e pessoas envolvidas com a operação.

Técnicos do tribunal encontraram um suposto pedido de resgate — inclusive com um endereço de e-mail que seria dos autores do ataque —, para que a instituição iniciasse as tratativas para obter o conteúdo novamente. Na mensagem, os hackers alertaram aos profissionais de que qualquer tentativa de recuperar o conteúdo poderia resultar na destruição dos arquivos.

FONTE: METROPOLES - Thayná Schuquel

Após 49 anos, empresa Cifra anuncia fim das atividades de transporte de valores



Foto de funcionários da empresa (arquivo pessoal)

A empresa de transporte de valores, Cifra, encerrou suas atividades em Mato Grosso do Sul após 49 anos. Um dos proprietários da empresa emitiu uma nota a respeito nas redes

sociais. Na nota não há o motivo específico do fim das atividades de transporte de valores, porém, relata que irão retornar em um “futuro próximo”.

NOTA DE ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES!

A Cifra vigilância segurança e transporte de valores vem comunicar que após 49 anos de atividades ininterrupta, encerra hoje as suas ATIVIDADES DE TRANSPORTE DE VALORES!

Quero agradecer a todos que nesses 49 anos fizeram parte da historia do Mato Grosso do Sul, em especial as mulheres e os experientes vigilantes, vez que somos a única empresa que tinha em cada equipe de transporte de valores uma mulher e um componente com mais de 60 anos de idade.

Eu, minha mãe Maria de Lourdes e minha família agradecemos a cada colaborador.

Agradecemos também aos inúmeros clientes que podem ter a certeza que em um futuro próximo retornaremos as atividades com uma nova visão, sem abrir mão do histórico de sucesso que tivemos.

CONTINUAMOS ATENDENDO NAS AREAS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA..

Deus abençoe e muito obrigado.

BRENO MOURA

Fonte: MidiaMax - Diego Alves

24 de março é dia de “lockdown” dos trabalhadores em defesa da vida

CUT e movimentos sociais defendem que trabalhadores fiquem em casa no próximo dia 24 em defesa da vida, por vacinas, pelo auxílio, por empregos e contra privatizações



Araraquara (SP) durante lockdown - TETÊ VIVIANI / PREFEITURA DE ARARAQUARA

Um lockdown dos trabalhadores e das trabalhadoras em defesa da vida está sendo organizado pela CUT, demais centrais e movimentos sociais para o próximo dia 24 de março. A proposta não é apenas em defesa do isolamento social, com fechamento de comércio e serviços para conter a pandemia do coronavírus (Covid 19), é também por vacinas, auxílio emergencial e contra o sucateamento dos serviços públicos.

Os representantes dos trabalhadores entendem que a situação por que passa o Brasil é caótica, sem leitos de enfermarias e de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em quase todas as capitais e centenas de cidades do interior para pacientes com Covid, sem vacinas, sem um benefício com um valor decente para atender as necessidades básicas de quem perdeu renda por não poder sequer fazer bicos e quem perdeu o emprego e não consegue se recolocar. Além disso, a população tem de conviver com a disparada dos preços dos alimentos, o sucateamento dos serviços públicos e a política econômica desastrosa do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL).

O agravamento da pandemia exige uma resposta contundente ao desgoverno Bolsonaro e ficar em casa, sem trabalhar, mesmo se o trabalhador estiver em home office é a ação que mais vai atingir o presidente, um negacionista que briga com os governadores que adotam medidas de restrição de circulação para conter a propagação do vírus.

“O ‘fique em casa’ é um protesto contra as

privatizações; por vacina já para todas e todos, pelo auxílio emergencial, pelos empregos; contra carestia e os aumentos dos preços do gás, combustível, arroz, feijão, entre outros, contra a reforma Administrativa e pelo Fora Bolsonaro, pontua o presidente da CUT, Sérgio Nobre. “É um lockdown em defesa da vida”, diz o dirigente, explicando que essa é a resposta adequada por que uma greve geral pressupõe atos, manifestações, piquetes, o que no momento seriam atos irresponsáveis por causa da pandemia.

“Um lockdown de, no mínimo, 24 horas é para ficar em casa, é um dia de reflexão sobre o que acontece no Brasil. É pela vida, pela vacina, é para que o país mude seu rumo. Estamos perto de chegar a 300 mil mortes e, segundo especialistas, se até o início do inverno 80% da população não estiver vacinada será o caos no Brasil”, adverte Sérgio Nobre.

Vivemos o momento mais dramático da pandemia. Mas a situação vai piorar ainda mais sem vacina, sem auxílio, sem ajuda do governo para a folha de pagamentos das micro e pequenas empresas, por isso o lockdown é uma forma de demonstrar a insatisfação dos trabalhadores e das trabalhadoras com os rumos do país- Sérgio Nobre

Fora, Bolsonaro

O secretário de Administração e Finanças da CUT, Ariovaldo de Camargo, reforça que o lockdown é pelo ‘Fora Bolsonaro’ por ser ele o responsável pela crise econômica e social que o país atravessa, e que todos os trabalhadores têm motivos de sobra para ficarem em casa neste dia 24 de março.

“Cada categoria de trabalhador tem o seu motivo para fazer um lockdown. Os metalúrgicos pela desindustrialização do país, os professores pela paralisação das aulas presenciais, os petroleiros contra a privatização da Petrobras e as estatais. Além disso, todas as categorias de trabalhadores têm motivos de sobra para defender a vacinação gratuita para toda a população brasileira”, afirma o dirigente.

*Edição: Marize Muniz

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Alimentos sobem mais do que a inflação e reajustes salariais têm média negativa

Preços dos alimentos sobem três vezes mais que a inflação dos últimos 12 meses, maior alta nos últimos 18 anos, mas os reajustes salariais médios ficaram negativos em média 0,53%.

População corta o que pode



ALEX CAPUANO

O prato preferencial da maioria dos brasileiros, que também é recomendado por nutricionistas, composto por arroz, feijão, carne, legumes e salada, está cada vez mais difícil de ser colocado à mesa da população por causa da disparada dos preços. Nos últimos 12 meses, o custo da comida aumentou 19,4% - mais do que triplo em relação à inflação oficial do país (5,20%). É a maior onda de alta dos alimentos nos últimos 18 anos.

Em contrapartida os salários dos trabalhadores e das trabalhadoras tiveram variação real média de menos 0,53%, já

descontada a inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados dos reajustes salariais são do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que também observou que reajustes iguais ao INPC ficaram em cerca de 29% das negociações salariais analisadas, e apenas 10% das negociações resultaram em ganhos reais.

“Quanto mais a inflação cresce, no contexto de crise econômica, maior é a dificuldade das negociações coletivas conseguirem repor a

inflação, e esta crise econômica com inflação crescente é o pior dos cenários para os trabalhadores”, diz a técnica do Dieese Adriana Marcolino. “O resultado é uma queda brutal no poder de compra dos brasileiros”, completa.

O levantamento do Dieese sobre os preços da cesta básica também mostra o quanto o poder de compra do trabalhador está corrompido. O rendimento médio de todos os trabalhos efetivamente recebidos pelas pessoas ocupadas de 14 anos ou mais, no 4º trimestre de 2020, foi de apenas R\$ 2.482,00. Se levarmos em consideração que uma cesta básica para uma única pessoa em São Paulo, em fevereiro deste ano, custou R\$ 639,47 e que o salário mínimo, segundo o Dieese, deveria ser de R\$ 5.375,05, pode-se imaginar o tamanho do rombo nos orçamentos das famílias que têm de pagar ainda aluguel, tarifas de água e luz e demais despesas.

Em geral, com crise econômica e menor demanda, o preço cai, mas o que estamos vivendo é a soma de crise econômica e inflação crescente, o que só demonstra o tamanho do desajuste da economia brasileira- Adriana Marcolino

O drama de quem luta para pôr comida à mesa

O resultado deste descompasso entre reajustes de preços e os salários é a diminuição dos produtos que o brasileiro compra e leva para a casa. A cuidadora de idosos, Mônica Santos, sabe bem como está difícil ajudar na alimentação de seis pessoas da sua família: seus pais, dois sobrinhos, um irmão especial e a sua filha.

Ela conta que sua mãe aposentada ganha um salário mínimo (R\$ 1.100), mas com os empréstimos consignados que fez sobram apenas R\$ 600. O pai, também aposentado, ganha cerca de R\$ 1.300, mas o que sobra, também por causa de créditos consignados, é em torno de R\$ 800. Por isso, Mônica precisa levar carne para eles.

“Meus pais precisam de uma alimentação

saudável, e eles gostam de carne e o jeito é comprar de segunda. A alcatra e o contra filé estão com preços impossíveis e sou obrigada a levar um bife duro, que, ou eu cozinho, ou dou uma ‘surra’ nele até amolecer, antes de fritar”, conta Mônica.

A cuidadora de idosos faz a conta: no mês de janeiro gastou R\$ 450,00, entre carnes e um pouco de gêneros de primeira necessidade. Em fevereiro foram R\$ 560,00. Mas no início deste mês de março gastou R\$ 215,00 só em carnes e ainda, segundo ela, vieram apenas seis pacotinhos.

“A sorte é que onde meu irmão faz tratamento é dada uma cesta de feira com muitos legumes, e meus pais conseguiram comprar uma casinha na zona leste de São Paulo, pelo CDHU e não precisamos pagar aluguel”, diz Mônica.

Apesar de se alimentar fora por morar na casa de uma idosa que cuida em função da pandemia, Mônica passa quatro dias por mês, durante suas folgas com a família, e é ela quem leva o que chama de “pesado” das compras.

“O arroz está tão caro, e eu adoro, sou viciada, mas fui obrigada a reduzir o meu próprio consumo. Acabei fazendo dieta tirando o arroz do cardápio”, conta indignada.

Produtos que mais subiram de preços

Os produtos alimentícios que mais subiram, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram: o óleo de soja (87,89%), o arroz (69,80%), a batata (47,84%) e o leite longa vida (20,52%). Já entre os grupos de alimentos pesquisados pelo IBGE, as maiores altas ocorreram em cereais, leguminosas e oleaginosas (57,83%), óleos e gorduras (55,98%), tubérculos, raízes e legumes (31,62%), carnes (29,51%) e frutas 27,09%.

Os reajustes da gasolina também pressionam o IPCA que voltou a acelerar e fechou o mês de fevereiro em 0,86% contra 0,25% e janeiro – é a maior taxa para o mês desde 2016, segundo o IBGE.

***Edição: Marize Muniz**

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Senado terá Comissão de Segurança Pública, permanente



Para o relator, senador Antonio Anastasia, a importância de uma comissão permanente na área de segurança no Senado vai dar atenção à políticas relevantes, como o Plano Nacional de Segurança Pública Pedro França/Agência Senado

O Plenário do Senado resolveu criar, nesta quarta-feira (10), a Comissão de Segurança Pública, que será permanente. O novo colegiado tratará do combate a corrupção e ao crime organizado e outros temas. Ficou definido que a comissão terá 19 membros e vai se reunir nas quintas-feiras, às 9h.

A decisão veio pela aprovação de substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) 21/2015, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que altera o Regimento Interno da Casa. A proposta tramitava em conjunto com o PRS 39/2017 e o PRS 2/2019 de autoria,

respectivamente, dos senadores Elmano Férrer (PP-PI) e Major Olimpio (PSL-SP). O relator, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), também aproveitou em seu substitutivo duas emendas apresentadas pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Para Anastasia, a criação de uma comissão permanente de segurança pública no Senado já deveria ter sido posta em prática há muito tempo para que o Senado dê maior atenção a essa que é uma das “políticas públicas mais relevantes do Brasil”.

— O Plano Nacional de Segurança Pública, de

que tive a honra de ser relator há alguns uns anos, me parece um grande esteio ainda não implementado pelo Poder Executivo no combate à violência, no combate à criminalidade no Brasil, e essa comissão certamente teria essa prioridade — afirmou o relator.

Em seu parecer, o relator explicou que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) é “assaz atarefada e, sozinha, não dá conta de se debruçar sobre todos os aspectos da segurança pública”. Ele lembrou que, desde 2003, há a previsão de uma subcomissão permanente sobre o tema.

“A segurança pública é uma das prioridades da nação, pois é uma área social de suma importância para a sobrevivência e o bem-estar da população. Sendo assim, nada mais justo do que lhe dedicar uma comissão específica no Senado Federal”, considerou no relatório.

Competências

Em seu parecer, Anastasia ofereceu uma descrição bastante abrangente e detalhada das áreas temáticas alcançadas pelo novo colegiado. Caberá à comissão se debruçar sobre 15 temas. Alguns, eram de responsabilidade da CCJ, como questões relacionadas aos corpos de bombeiros militares e às polícias, incluídas a marítima, aeroportuária e de fronteiras. O rol de atribuições também abrangerá as partes de inteligência de segurança pública; políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social; combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro; prevenção, fiscalização e combate ao tráfico de drogas; controle e comercialização de armas e proteção a testemunhas e a vítimas de crime; cooperação técnica e adesão a acordos internacionais na área.

As competências da comissão deverão, incluir, ainda, o recebimento e a avaliação de denúncias relativas ao crime organizado, narcotráfico, violência rural e urbana; fiscalização e acompanhamento do Plano

Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; controle periódico do andamento do Sistema Nacional de Acompanhamento e Avaliação das Políticas de Segurança Pública e Defesa Social.

Uma das emendas de Jean Paul Prates manteve na CCJ temas relativos a direito penal, processual penal e penitenciário. Anastasia avaliou que a função primordial da CCJ é ser a comissão responsável pela análise das matérias de competência da União, não sendo positiva, portanto, a supressão de tal atribuição em relação a importantes ramos do direito. Já a segunda emenda de Jean Paul promoveu ajustes nas competências do novo colegiado.

Repercussão

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) ressaltou a importância da comissão, uma vez que a Segurança Pública é uma grande preocupação do país para o combate a violência.

— Você ter uma Comissão Permanente de Segurança Pública no Senado Federal para debater esses temas com atores que estão diretamente ligados a essa pauta, já que a grande preocupação no país é a violência... E a violência não se combate armando a população; a violência se combate gerando emprego, dando acesso à educação aos jovens, iluminação pública, saneamento básico, gerando emprego e renda e diminuindo a carga tributária — afirmou Contarato.

Já Jean Paul Prates entende que o colegiado deve ser responsável por uma “reforma do sistema de segurança pública, modernização, transparência e por inibir e prevenir a criminalidade sem que ela sirva de instrumento de massacre e justiça voluntarista, que basicamente vitima a população pobre e negra do país”.

Os senadores Roberto Rocha e Paulo Rocha (PT-PA) parabenizaram a relatoria do senador Antonio Anastasia (PSD-MG).

Fonte: Agência Senado

Salvo boa-fé, segurado do INSS deve devolver pagamento decorrente de erro não vinculado a interpretação de lei



“Com relação aos pagamentos indevidos aos segurados, decorrentes de erro administrativo (material ou operacional) não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela administração, são repetíveis, sendo legítimo o desconto no percentual de até 30% do valor do benefício pago ao segurado/beneficiário, ressalvada a hipótese em que o segurado, diante do caso concreto, comprove sua boa-fé objetiva, sobretudo com demonstração de que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.”

A tese foi fixada pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (**Tema 979**). O colegiado acompanhou o voto do relator, ministro Benedito Gonçalves, para quem, na análise dos casos de erro material ou operacional, deve-se averiguar a presença da boa-fé do segurado, concernente à sua aptidão para compreender, de forma inequívoca, a irregularidade do pagamento.

Os ministros também modularam os efeitos da decisão, que será aplicada aos processos distribuídos na primeira instância a partir da publicação do acórdão.

Boa-fé imprescindível

O relator ressaltou que a administração pública tem o dever-poder de rever seus próprios atos, quando houver vícios insanáveis, para anulá-los, pois deles – em tese – não se originam efeitos. “Assim, detectando erro do ato administrativo no pagamento dos benefícios,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

tem o dever de efetuar a correção de forma a suspender tal procedimento, respeitado o devido processo legal”, declarou.

Contudo, o ministro ponderou que o beneficiário não pode ser penalizado pela interpretação errônea ou má aplicação da lei previdenciária ao receber valor além do devido, uma vez que também é dever-poder da administração bem interpretar a legislação.

Segundo Benedito Gonçalves, a jurisprudência do STJ considera que é imprescindível, para a não devolução dos valores pagos indevidamente pela Previdência Social – além do caráter alimentar da verba e do princípio da irrepetibilidade do benefício –, a presença da boa-fé objetiva daquele que recebe parcelas tidas por indevidas pela administração.

Caso a caso

Para o relator, diferentemente das hipóteses de interpretação errônea e má aplicação da lei – em que se pode concluir que o segurado recebeu o benefício de boa-fé, o que lhe assegura o direito de não devolvê-lo –, as hipóteses de erro material ou operacional devem ser analisadas caso a caso, pois é preciso verificar se o beneficiário tinha condições de compreender que o valor não era devido e se seria possível exigir dele comportamento diverso, diante do seu dever de lealdade para com a administração previdenciária.

De acordo com Benedito Gonçalves, há erros materiais ou operacionais que se mostram incompatíveis com a indispensável boa-fé objetiva e que dão ensejo ao ressarcimento do indébito – como a situação, mencionada a título de exemplo no MS 19.260, de um servidor sem filhos que, por erro da administração, recebe o auxílio-natalidade.

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s):REsp 1381734

FONTE: STJ

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF